



Secil Brasil Participações S.A.

CNPJ 12.634.131/0001-00 | Curitiba-PR

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)										Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)				
Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidada		Nota	Controladora	Consolidada
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018		2018	2017
Circulante						Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.479	1.615	32.150	56.170	Fornecedores	16	-	79	61.512	40.784			
Contas a receber de clientes	9	-	-	23.441	22.351	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	366.699	188.715			
Estoque	10	-	-	60.822	44.290	Arredamento mercantil	18	-	-	6.873	-			
Impostos a recuperar	11	216	257	39.300	20.511	Salários e encargos sociais	-	-	-	10.568	9.151			
Partes relacionadas	24	-	-	1.168	871	Impostos a recolher	19	1.597	1.133	7.346	7.068			
Instrumento financeiro	-	-	-	5.142	5.576	Adiantamentos de clientes	-	-	-	496	509			
Outros créditos a receber	-	-	-	10.508	10.550	Obrigação aquisição investimentos	20	12.024	11.685	12.024	11.685			
						Outras contas a pagar		665	664	8.542	10.801			
		1.695	1.872	172.531	160.319									
Não circulante						Não circulante								
						Empréstimos e financiamentos	17	-	-	170.064	187.592			
						Arredamento mercantil	18	-	-	3.225	-			
						Partes relacionadas	26	-	-	194.640	321.887			
						Impostos a recolher	19	-	-	79.930	61.725			
						Impostos diferidos	25	30.236	30.236	18.316	26.532			
						Provisão para contingências	27	-	-	11.080	15.203			
						Outras contas a pagar				36	853			
								30.236	30.236	477.291	613.792			
						Total do passivo		44.522	43.797	951.351	882.505			
						Patrimônio líquido	21							
						Capital social		1.061.276	1.061.276	1.061.276	1.061.276			
						Reservas de capital		18.724	18.724	18.724	18.724			
						Prejuízos acumulados		(408.186)	(385.078)	(408.186)	(385.078)			
						Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		671.184	694.922	671.814	694.922			
						Participação de não controladas		-	-	19.425	20.223			
						Total do patrimônio líquido		-	-	691.239	175.145			
						Total do passivo e patrimônio líquido		716.366	738.719	1.642.590	1.597.650			
Total do ativo		716.336	738.719	1.642.590	1.597.650									
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.														
Demonstração do resultado					Demonstração do resultado abrangente					Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)					Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)					Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)				
	Nota	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidada			Controladora		Consolidada	
		2019	2018	2019		2019	2018	2019	2018		2018	2017	2018	2017
Receitas de vendas e serviços	22	-	-	372.942	338.534									
Custo das vendas e dos serviços prestados	23	-	-	(279.222)	(261.478)	Prejuízo exercício	(23.108)	(54.461)	(23.906)	(56.635)				
Lucro bruto		-	-	93.720	77.056	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-				
(Despesas) receitas operacionais						Resultado abrangente do período	(23.108)	(54.461)	(23.906)	(56.635)				
Gerais e administrativas	23	(181)	(294)	(10.394)	(19.511)	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.								
Comerciais	23	-	-	(75.945)	(72.027)									
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	-	(237)	-									
Outras receitas e despesas líquidas	23	-	-	10.847	(9.186)									
Programa de participação nos resultados	23	-	-	(4.367)	(544)									
Resultado de equivalência patrimonial	12	(22.207)	(53.931)	-	-									
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(22.388)	(54.225)	13.624	(24.212)									
Resultado financeiro	24													
Despesas financeiras		(821)	(357)	(54.021)	(65.445)									
Receitas financeiras		101	121	10.507	18.861									
Despesas financeiras, líquidas		(720)	(236)	(43.514)	(46.584)									
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social														
Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	5.984	14.162									
Prejuízo do exercício		(23.108)	(54.461)	(23.906)	(56.635)									
Atribível aos acionistas				(23.108)	(54.461)									
Participação de não controladores				(798)	(2.174)									
Prejuízo do exercício				(23.906)	(56.635)									
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

1 Contexto operacional

Secil Brasil Participações S.A., ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia detém participação acionária na Supremo Cimentos S.A. ("Supremo"), representada pela controlada Supremo Cimentos S.A. e controlada indireta Margem Companhia de Mineração ("conjuntamente, o "Grupo"). A Supremo e controlada têm como atividades preponderantes a fabricação, importação e comercialização de cimentos e seus derivados, bem como prestação de serviços de concretagem, e extração e beneficiamento de calcário, entre outras atividades relacionadas.

Situação econômico financeira e planos de negócio do Grupo

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 300.731 (R\$ 108.394 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado e R\$ 6.597 (R\$ 5.695 em 31 de dezembro de 2018) na controladora. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é decorrente, principalmente, do endividamento para obtenção de recursos financeiros para a construção dos novos projetos que estão em fase final, como Flyingbelt, britador e ensacadeira, e da construção da nova fábrica de cimentos da controlada Margem Cia de Mineração, construção esta que iniciou em 2012 e foi concluída em abril de 2015. Há que se ressaltar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pelas Companhias.

O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido à medida que ocorrer uma maior geração de caixa, que permitirá à Companhia uma inversão da atual condição do seu capital circulante líquido. A empresa tem vindo a reduzir a sua dívida de curto prazo, com o apoio dos acionistas.

O forte investimento da Companhia numa nova unidade produtiva de cimento, num período de forte contração econômica contribuiu para este desequilíbrio, mas à medida que a atividade melhorar e que a dívida seja reduzida esse equilíbrio será reestabelecido. A Companhia continuará contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário de longo prazo é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atrelados diretamente ao Governo Federal.

A nova fábrica considerada uma das mais modernas do Brasil continua a apresentar um desempenho operacional notável, quer em termos de fiabilidade, quer em termos de consumos específicos, razão pela qual mantemos a expectativa de que haverá uma evolução muito positiva na situação da Companhia, assim que o mercado brasileiro de construção retomar o caminho do crescimento.

E convicção da Administração que a nova fábrica suportada por equipamentos da melhor tecnologia disponível, veio trazer uma dinâmica de crescimento ao Grupo, com produtos de excelente qualidade, e custos mais reduzidos, que vão permitir competir no mercado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 6 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da

Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a. Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICP 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 7(p).

Na transição para o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia optou por aplicar o expediente prático de manter a avaliação de quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICP 03/IFRIC 4 não foram reavaliados. Por conseguinte, a nova definição de arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos celebrados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

b. Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. A taxa média ponderada aplicada foi de 7,75 % a 10,86% ao ano%, a depender dos prazos dos contratos.

Anteriormente, a Companhia classificava arrendamentos de imóveis e equipamentos como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Esses arrendamentos incluem as instalações, máquinas e unidades operacionais. Os arrendamentos geralmente são contratados por um período de 4 anos. Alguns arrendamentos incluem uma opção de renovação.

Impacto na transição - consolidado

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos contratos de locação que anteriormente eram classificados como despesas operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 9.225 de ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de aluguel. Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$ 4.170 de depreciação e R\$ 1.370 de juros destes arrendamentos.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2019	2018
Supremo Cimentos S/A	Direto	96,53%	96,53%
Margem Companhia de Mineração	Indireto	100%	100%

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela

participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui um contrato indexado em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiro para proteção cambial.